

**Verbalizando o despertar da consciência de resistência à sujeição cultural:
insurgir-se para desaprender e reaprender**

*Verbalizing the awakening of the consciousness of resistance to cultural
subjection: insurgizing yourself to unlearn and relearn*

*Verbalizando el despertar de la conciencia de resistencia al sujeto cultural:
insurgirse para desaprender y reaprender*

Inácio Márcio de Jesus Fernando Jaquete

Universidade Estadual do Paraná – Campo Mourão – Paraná – Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-9078-0925>

Cyntia Simioni França

Universidade Estadual do Paraná – Campo Mourão – Paraná – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-1812-3696>

Abdala Mussa Inaque

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – RS – Brasil

<https://orcid.org/0009-0006-8693-9132>

Resumo: A partir de 1960 vários países do continente africano proclamaram as suas “independências” política e administrativa do jugo colonial, fruto de conquistas efetivadas por um lado, por meio de negociação pacífica e por outro lado, pela luta armada. E foi por meio desta última que os moçambicanos alcançaram a independência nacional, à 25 de Junho de 1975. Pensadores e teóricos pós-coloniais movidos pela constatação da prevalência das colonialidades de poder vêm questionado as independências. É nesse viés que tecemos esse artigo, com objetivo de suscitar algumas reflexões que promovam e potencializam debates sobre a imposição cultural enraizado no sistema colonial, sustentado pelos discursos preconceituosos eurocentrados que buscavam incutir e enfatizar o mito de complexo de inferioridade atribuído aos homens negros; tanto como impor a homogeneização cultural eurocêntrica. Esses debates são embasados teórica e metodologicamente por viés pós-coloniais e decoloniais. Por meio de revisão bibliográfica, dialogamos com Fanon (2020) Cesáire (2020), Azagaia (2013), Ki-

Zerbo (2010) Lopes (2010) e; vários autores para discutir as colonialidades que perpassam o tecido social dos moçambicanos. Portanto, das reflexões constata-se que as colonialidades podem ser desestabilizadas por meio de ações efetivas de desaprendizagem e reaprendizagem: desaprender as amaras ideológicas eurocêntricas “romper a dominação mental”, denunciar e insurgir-se contra a subalterinização, alienação cultural e desmascarar os paradigmas, estereótipos, preconceitos eurocêntricos e aprender a reconquistar e revalorizar as identidades socioculturais nativas, aprender a pensar e falar sobre o continente africano com os africanos.

Palavras Chaves: Identidades; Sujeição cultural; Resistência.

Abstract: From 1960 onwards, several countries on the African continent proclaimed their political and administrative “independence” from the colonial yoke, the result of conquests achieved on the one hand, through peaceful negotiation and on the other, through armed struggle. And it was through the latter that Mozambicans achieved national independence, on June 25, 1975. Post-colonial thinkers and theorists, moved by the realization of the prevalence of colonialities of power, have questioned independence. It is in these veins that we weave this article, with the aim of raising some reflections that promote and enhance debates about cultural imposition rooted in the colonial system, supported by prejudiced Eurocentric discourses that sought to instill and emphasize the myth of an inferiority complex attributed to black men; as much as imposing Eurocentric cultural homogenization. These debates are theoretically and methodologically based on post-colonial and decolonial perspectives. Through a bibliographic review, we dialogued with Fanon (2020) Cesáire (2020), Azagaia (2013), Ki-Zerbo (2010) Lopes (2010) and; several authors to discuss the colonialities that permeate the social fabric of Mozambicans. Therefore, from the reflections it appears that colonialities can be destabilized through effective actions of unlearning and relearning: unlearning Eurocentric ideological constraints, “breaking mental domination”, denouncing and rising up against subalternization, cultural alienation and unmasking paradigms, stereotypes, Eurocentric prejudices and learning to regain and revalue native sociocultural identities, learning to think and talk about the African continent with Africans.

Keywords: Identities; Cultural subjection; Resistance.

Resumen: A partir de 1960, varios países del continente africano proclamaron su “independencia” política y administrativa del yugo colonial, resultado de conquistas logradas, por un lado, mediante negociaciones pacíficas y, por otro, mediante la lucha armada. Y fue a través de este último que los mozambiqueños lograron la independencia

nacional, el 25 de junio de 1975. Los pensadores y teóricos poscoloniales, movidos por la comprensión de la prevalencia de las colonialidades del poder, han cuestionado la independencia. Es en estas líneas que tejemos este artículo, con el objetivo de plantear algunas reflexiones que promuevan y potencien los debates sobre la imposición cultural arraigada en el sistema colonial, sustentada en prejuiciosos discursos eurocéntricos que buscaban inculcar y enfatizar el mito de un complejo de inferioridad atribuido a los hombres negros; tanto como imponer una homogeneización cultural eurocéntrica. Estos debates se basan teórica y metodológicamente en perspectivas poscoloniales y descoloniales. A través de una revisión bibliográfica dialogamos con Fanon (2020) Cesáire (2020), Azagaia (2013), Ki-Zerbo (2010) Lopes (2010) y; Varios autores analizan las colonialidades que impregnan el tejido social de los mozambiqueños. Por lo tanto, de las reflexiones se desprende que las colonialidades pueden ser desestabilizadas a través de acciones efectivas de desaprendizaje y reaprendizaje: desaprender las limitaciones ideológicas eurocéntricas, “romper la dominación mental”, denunciar y levantarse contra la subalternización, la alienación cultural y desenmascarar paradigmas, estereotipos, prejuicios y aprendizajes eurocéntricos. recuperar y revalorizar las identidades socioculturales nativas, aprendiendo a pensar y hablar sobre el continente africano con los africanos.

Palabras clave: Identidades, sujeción cultural y resistencia.

Introdução

Em nome da ambição, do poder e do espírito materialista
A graça da ambição, o amor ao poder em comunhão
Com o espírito materialista, estejam convosco
Para celebrarmos dignamente os nossos dignos mistérios
Reconheçamos que somos pobres

Confessemos os nossos erros!
Confesso à Deus, Pai Todo-Poderoso e a vós irmãos
Que errei muitas vezes por honestidade e solidariedade
Actos de generosidade e amizade
Por minha culpa, minha tão grande culpa
E peço a vós irmãos que rogueis pela minha riqueza

A Deus nosso Senhor
Deus Todo-Poderoso tenha compaixão de nós

perdoa a nossa falta de ambição
E nos conduza à riqueza eterna!

Estimados irmãos na ambição pelo poder
Vamos ouvir a primeira leitura retirada do Velho Livro
Da nossa história, capítulo 9 versículo 11

Europeus a pensarem no teu poder e glória
Ocuparam a África e escreveram a nossa história
Com a Bíblia numa mão e noutra uma pistola
Ergueram uma Igreja e negaram-nos uma Escola
Estimularam o comércio e semearam a discórdia
Subjugaram reinos com o poder da pólvora!
Promoveram as diferenças entre escuros e claros
Chamaram pretos aos primeiros e aos segundos mulatos
Chamaram Tutsis superiores, pela forma do nariz
Hutus inferiores, escravos de raiz
Belgas em Ruanda, franceses no Níger
Negros em Louisiana apelidados Nigger
E quando os europeus ganharam gosto pelo açúcar
Escravos no Brasil plantaram canas de açúcar
E algodão no sul da América e no Novo México
Enquanto chicotes ensinavam o novo léxico!

Azagaia¹ (2013)

Encetamos o nosso diálogo convidando o (a) leitor (a) a uma escuta sensível da música do Álbum *Cubaliwa* intitulada *Maçonaria*, de um dos mais admirado e ao mesmo tempo controverso² músico moçambicano. Azagaia, batizado pelo nome de Edson da Luz, conhecido por Azagaia, rapper moçambicano, nascido aos 06 de Maio de 1984, na vila de Namaacha-Maputo, que viu na música uma possibilidade de expressar, mobilizar e

¹ <https://www.youtube.com/watch?v=bOvuj8THlE>

² Suas músicas são de carácter interventivo e de denúncia de vários acontecimentos que marcam a vida dos africanos, dos moçambicanos e da comunidade que vive, abrangendo situações sociopolíticas, trazendo à tona temas sensíveis, clamando por um esclarecimento ou mudança de atitudes. As suas várias abordagens e colocações tem dividido o seu público, por um lado, temos um público satisfeito e apoiante que aplaude e apoia a causa e por outro, insatisfeito ou mesmo ameaçado que atira pedras. Isso faz do mesmo, um cantor de duas faces, como ele diz: Azagaia herói para o povo e marginal para os fazedores de políticos que são atingidos pelas mensagens das suas músicas.

trazer à discussão e reflexão vários aspectos que têm marcado e afligido a vida dos africanos e especialmente, dos moçambicanos em várias dimensões, desde a dimensão política, econômica, social, cultural, e até na questão de construção e reconquista da consciência identitária enquanto africanos e moçambicanos, livres dos paradigmas eurocêntricos que tende a nos aprisionar na gaiola cultural de sempre-igual (BENJAMIN, 2007). E é nesta última vertente das suas abordagens que o trazemos para dilatar diálogos reflexivos e críticos em torno da prevalente colonialidades epistêmicas e de saber vinculado ao avanço da modernidade capitalista (BENJAMIN, 1985) que atravessa o tecido social dos (as) moçambicanos e moçambicanas.

Devido a potencialidade dos conteúdos e pela forma como são colocados, entendemos que Maçonaria, mais do que uma música, constitui um verdadeiro convite para parar e pensar sobre o presente do país em diálogo com o passado colonial, um passado que é tão presente. Pois a música instiga-nos e potencializa reflexões sobre vários aspectos, desde as grandes empreitadas europeias na implantação do sistema colonial que terminou com a ocupação, dominação e pilhagem e exploração do continente africano que foi possível por um lado, por meio da arma e por outro lado, por meio da bíblia, sub falso argumento da necessidade de civilização dos povos nativos “incivilizados”.

O autor também denuncia o racismo, promovido pelos europeus para justificar seus interesses, o que levou a hierarquização das sociedades em função da cor da pele, definindo a “raça negra” como inferior diante de todas outras, uma raça que age por “emoção e não pela razão” (DIOP, 1982), povo sem cultura, sem história, selvagem e que necessitavam de uma civilização espelhada nas referências culturais europeias. Foi nesse contexto de europeização dos povos africanos que em 1845 foi instituído o ensino colonial em Moçambique, enquanto província ultramarina de Portugal, que servia como uma instituição oficial para tornar os povos moçambicanos “civilizados”, ou seja, transformar os moçambicanos em portugueses de Moçambique ou moçambicanos de Portugal.

A civilização neste sentido correspondia alienação cultural. Pois saber escrever, ler, falar a língua portuguesa e conhecer a História e Geografia de Portugal era uma das principais condições para uma mobilidade social ascendente, assim, os nativos deixavam de ser “indígena” e passavam para a categoria de “assimilado ou civilizado”. Não seria esse o “desvio existencial” que nos foi imposta pela civilização branca e cultura europeia, que somos lembrados pelo Frantz Fanon (2020) no seu texto chamado “pele negra máscaras brancas”?

Importante entender que, a suposta “bendita ou maldita civilização”, proposta pelos portugueses foi claramente uma tentativa de apagamento das referências

culturais, que até certo ponto foi um fracasso por conta das resistências dos moçambicanos que continuam garantindo a existência de traços culturais endógenos e originários no tecido sociocultural das sociedades moçambicanas.

A resistência à colonização cultural envolveu várias camadas sociais, e principalmente, aqueles que não foram incorporados na suposta e falsa “civilização” que tinha por intenção a alienação cultural, falamos neste contexto, de gente como a Mãe³ de um dos pesquisadores, que desde, a sua infância foi sempre ligada às suas referências culturais nativas e seculares que foram e são transmitidas de geração para geração, que nos identificam enquanto moçambicanos e membros pertencentes do grupo étnico das línguas bantu e assumiu a responsabilidade de transmiti-la às gerações vindouras por meio da oralidade.

Hoje, infelizmente na convivência social e cotidiana, é recorrente e notável uma equivocada compreensão dessa gente, que combateu severamente contra a falsa “civilização” europeia e colonial, porque não fizeram parte do processo, a título de exemplo a mãe de um dos pesquisadores desse artigo, pois lamentavelmente, as massas embriagadas e engolidas pelos paradigmas eurocêntricos, modernos e capitalistas, concebe e entende essas (es) combatentes preconceituosamente como simples “analfabetas” (os), porque nem o chicote foi capaz de lhe fazer renunciar a sua essência cultural e linguística para aprender o novo léxico, que nos foi imposto.

O novo léxico e as injustiças epistêmicas a ele associadas, constitui um dos cerne deste texto. Concentramo-nos em tecer diálogos que atravessem as linhas e os limites que desestabilizam e questionam os estereótipos e preconceitos construídos equivocadamente sobre esses sujeitos produtores de conhecimentos que são subalternizados, silenciados, invisibilizados porque fazem parte daqueles que não sabem ler e escrever, que apenas não tem domínio do alfabeto da língua portuguesa, por isso, “analfabetos”.

Importante realçar que o termo “analfabeto” é hoje usado e profundamente associado a conotações pejorativas, podendo ser relacionado à “ignorância, cegueira, pauperismo, falta de inteligência e de discernimento intelectual, incapacidade política e até marginalidade e periculosidade. A condição de analfabetismo transformou-se, assim, repentinamente, num estigma, numa marca negativa e excludente”. (FERRARO, 2009). Não seria equívoco e ignorância, acreditar que as bibliotecas vivas, (gente como a mãe de um dos pesquisadores e várias outras) sejam associadas a esses qualificativos como nos influenciam ou mesmo nos impõem a pensar e acreditar? Ou seja, Não estaríamos diante

³ Mãe do pesquisador moçambicano (Inácio Jaquete), que vem resistindo ao apagamento das identidades culturais nativas e por isso, sem fundamentos é atribuído vários atributos pejorativos só porque não domina o alfabeto da língua portuguesa.

ao que Fricker (2007) chamou de injustiça epistêmica? Que consiste em “um tipo de injustiça envolvida nos casos em que se desconfia da palavra do outro com base em algum preconceito”(KUHNNEN 2022, p.627) que prejudica e subalterniza muitos indivíduos em sua capacidade de produzir, repassar conhecimentos. Não se trata do “colonialidade de poder” conceito cunhado por Anibal Quijano (1989) que “exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômicas e políticas e sociais, não findaram com a destruição do colonialismo” (BALLESTRIN, 2018, p.99)

No entanto, neste artigo buscamos refletir e discutir essas questões por meio de revisão bibliográfica amparada pelo aporte teórico pós-colonial e decolonial, que se detém em buscar e atualizar a tradição crítica do pensamento. De mesmo modo, busca oferecer releituras históricas e problematizar velhas e novas questões dos continentes colonizados. (BALLESTRIN, 2013). Neste sentido, tecemos diálogos principalmente com pensadores e escritos do tempo histórico posterior aos processos de descolonização, cujo suas contribuições teóricas enraizadas nos estudos literários e culturais potencializam discussões críticas às concepções dominantes de modernidade e da prevalência das diferentes frentes de colonialidades, com o intuito de superar as relações de colonização, colonialismo e colonialidades.

As discussões Decoloniais ganham evidências nos anos 1980 nas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra. Na década de 1970, estes estudos afirmam-se no sul-asiático sub denominação Grupo de Estudo Subalterno com a liderança de Ranaja Guha, cujo principal projeto era “analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, mas também historiografia eurocêntrica nacionalista indiana” (Grosfoguel, 2008, cit. em Ballestrin, 2013, p.92). E no ano de 1992, foi fundado o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, inspirado principalmente no grupo Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos, que foi ao longo dos anos sendo reestruturado tendo em 1998, sido denominado por Grupo Modernidade/Colonialidade que concentra os seus estudos apenas na América Latina, desfazendo-se da influência sul-asiática, com o propósito de aprofundar as suas críticas aos eurocentrismo a partir da realidade da América Latina. A perspectiva deste último grupo consubstancia as nossas discussões. Importante realçar que o aporte teórico que ampara a discussão, também é perpassado por literaturas clássicas, cujos autores não são decoloniais nem pos-coloniais, é o caso de Frantz Fanon (2020), Chiekh Anta Diop (1982), mais que se dedicaram na denúncia e ao combate do colonial.

Analfabetos? Não. Bibliotecas vivas e exemplos de resistência, sim

Por muito tempo, forças invisíveis e difíceis de identificar ensinaram-nos a ver e acreditar que, gente que não teve a “oportunidade” de ser beneficiada de uma

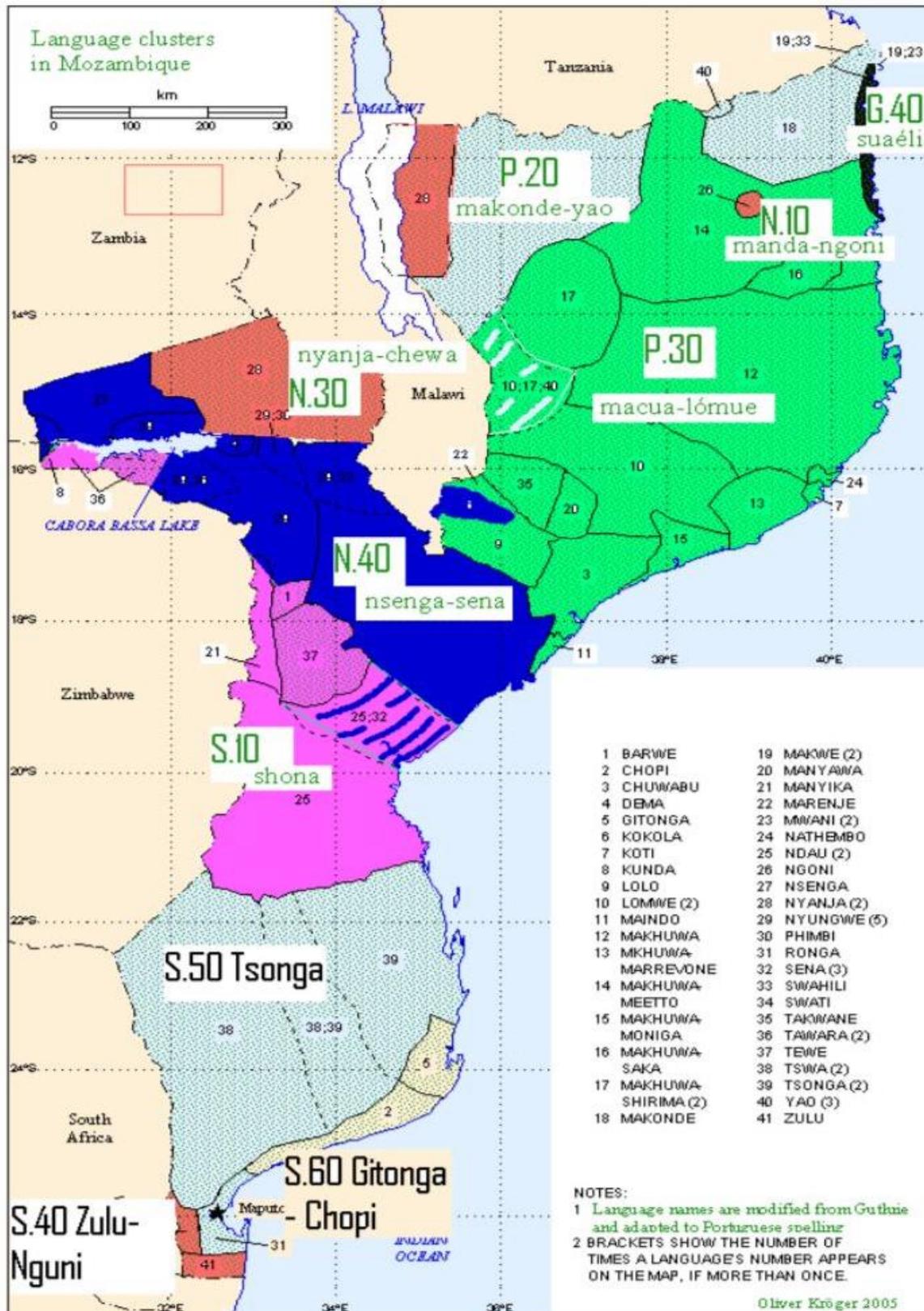
educação mediada pela escola, (educação escolar) como analfabeta, porque não sabe escrever, ler ou falar a língua portuguesa, e nunca estimularam-nos e muito menos ajudaram-nos ver e pensar sobre o outro lado dessa gente, que na verdade não é analfabeta como dizem ser, pois essa gente só é assim concebida e entendida por causa da injustiça epistêmica e a prevaiente colonialidade de poder que lhes é imposta, pois, se “em seu sentido etimológico, analfabeto (a[n]+alfabeto, sem alfabeto) designa qualquer pessoa que não conheça o alfabeto ou que não saiba ler e escrever, e analfabetismo, a condição de quem não conheça o alfabeto ou não saiba ler e escrever” (Ferraro, 2009), então, essa gente, essas bibliotecas vivas, não são, de nenhuma forma analfabetas, pois essa gente conhece e domina os seus próprios alfabetos, enraizados nas línguas bantu, marcadas por suas próprias características, e por meio das letras que o compõem, essa gente, forma e produz palavras e frases e por meio das mesmas estabelecem a comunicação, expressam seus sentimentos, suas emoções, suas memórias suas sabedorias, suas experiências e partilham com às gerações novas.

Essa gente “analfabeta” simplesmente desconhece o alfabeto usado no sistema estrutural da língua portuguesa, que na verdade é apenas mais um alfabeto, que também é usado da mesma forma como o alfabeto da língua *ci-tewe* e *ci-makua* por exemplo, e para mesma finalidade.

Enveredando por este raciocínio, e pensando na justiça epistêmica, é um equívoco e uma atitude epistemicamente injusta, atribuir o termo analfabeta/o as bibliotecas vivas, só porque estes desconhecem o alfabeto da língua portuguesa, porque não foram dominados pela cultura ocidental e eurocentrada, porque resistiram a alienação linguística, porque não foram engolidos pela dita “civilização branca e europeia”, ou ainda, porque negaram a ideia de que o mundo é uma aldeia, porque recusaram-se ser aprisionados na gaiola do sempre-igual (BENJAMIN, 1985). Ou seja, porque dominam com uma profunda excelência o alfabeto originário, das línguas nativas, que por sinal, não são apenas línguas, mais do que isso, essas línguas são suas identidades, são reservatórios das suas tradições, hábitos e costumes, dos ricos provérbios populares, enfim do patrimônio cultural.

Essa gente, dependendo do seu espaço existencial ou grupo étnico linguístico a que fazem parte é alfabetizada nas suas próprias línguas e muitas vezes, são políglotas. Pode-se assumir que eles não são simplesmente alfabetizados no alfabeto da língua portuguesa, mas, são por excelência alfabetizadas, na língua Kimwani, Shimakonde, Ciyaawo, Emakhuwa, Echuwabu, Cinyanja, Cinyungwe, Cisená, Cibalke, Cimanhyika, Cindau, Ciwute, Gitonga, Citshwa, Cicopi, Xichangana, Xirhonga e várias outras, faladas em Moçambique como se pode ler no mapa abaixo que apresenta a distribuição geográfica dos vários grupos linguísticos de Moçambique.

Mapa 1: linguístico de Moçambique



Fonte: Universidade Eduardo Mondlane apud Nhampoca (2015)

As suas ações de sempre “*não*”, de recusa e de resistência, hoje fazem dos alfabetizados nas suas próprias línguas nativas, verdadeiros símbolos de resistência ao apagamento das referências culturais dos africanos e dos moçambicanos em especial e não simples analfabetas (os). Essa gente não alfabetizada na língua portuguesa, no seu contexto social e cultural, constitui bibliotecas vivas, portadores das mais variadas identidades, traços culturais, tradições, hábitos e costumes originais e endógenos, que constituem o tecido social dos moçambicanos.

A resistência à dominação cultural das consideradas bibliotecas vivas almejava a sua liberdade, a manutenção das riquezas culturais e a sua existência, como escreve Buttitta (1899) quando se refere sobre o valor que as línguas nativas têm para qualquer sociedade “ponha um povo em cadeia, despoje-o, amordace-o, ele continuará livres. Retire o seu trabalho, seu passaporte, a mesa sobre a qual come, a cama sobre a qual dorme, ele continuará rico. Um povo se torna pobre e colonizado quando se lhe rouba a língua, com isso ele ficará perdido para sempre”. (Buttitta 1899, cit. em LOPES 2004 p.217).

Falamos das bibliotecas vivas para expressar o quão são valiosas para as nossas culturas e identidades, pois graças, a essa gente com quem e com muito orgulho hoje nos identificamos, enquanto sujeitos que se interpela da ideia da experiência que se tem das imagens africanas, moçambicanas e membros integrantes das nossas comunidades.

Hoje não paramos de questionar e pensar numa equação que busca apenas por justiça epistêmica. Ora, se essa gente, é entendida como simples analfabeta pela falta de domínio da “privilegiada” língua portuguesa, e o que essa mesma é pelo fato de dominarem tantas outras línguas nativas as ditas nacionais? Quem é essa gente por constituir as principais bibliotecas das culturas, hábitos, costumes, ensinamentos, valores éticos e morais amalgamadas nessas línguas locais? Quem é essa gente, por ser portadora desse mosaico que são a nossa essência, enquanto *wa tewé e wamakua*⁴ por exemplo?

Será que continuaria sendo considerada simples analfabeta, só porque não tiveram a mesma “oportunidade” em relação às outras pessoas que tiveram no período colonial, de frequentar o ensino colonial rudimentar, que tinha como um dos objetivos principais “civilizar” o “indígena”? Lembrando que a tal “civilização”, passava necessariamente em saber escrever, ler e falar a língua portuguesa, o que significava abandonar as suas próprias culturas e referências indenitárias e assimilar a cultura

⁴ Wa tewe grupo etnolinguístico falantes da língua tewe, e *Makhua* grupo etnolinguístico falantes da língua makhua

européia, porque julgaram que os moçambicanos não tinham culturas, ignorando a ideia de que, não existem povos sem cultura e todo povo é produtor e produto de cultura.

Por meio desta ignorância e pela ganância de domínio e exploração capitalista, protagonizada pela “bendita” educação e religião alienadora, criava-se condição de existência no continente africano, “africanos da Europa e europeus de África”. No caso de Moçambique, o sistema de educação colonial e a religião europeia proporcionaram a existência dentro do país, “moçambicanos de Portugal e portugueses de Moçambique”.

Os envolvidos nesse dilema deveriam ser culturalmente transformados em portugueses, desse modo, foram alvos de uma educação baseada na formatação mental e alienação cultural. Estes eram basicamente ensinados e obrigados a desvalorizar as identidades moçambicanas, as línguas autóctones, as suas diversas formas de manifestação espiritual atrelados aos seus ancestrais a favor de uma antropologia cultura europeia e eurocentrada. E porque a educação colonial foi muito rígida, hoje é possível ver nela muitas marcas indelévels da cultura portuguesa na sua vida cotidiana: a forma de falar, de vestir, o seu modo de comer, de se sentar à mesa, entre outros aspectos.

E aí, nos questionamos se perdemos nossa identidade quem seremos nós? Não perderemos a crônica de nós mesmos? O ancião Mucharonga⁵ quando se referia sobre a importância das nossas línguas nativas, também questiona: [...] “como é que saberia dos ditados populares (provérbios) que são um recurso extremamente valioso na educação familiar e comunitária”, enfim como que me identificaria enquanto *mutewe*⁶moçambicano e africano?

Hoje ao dialogarmos atenta e cuidadosamente com vários escritores, artistas africanos e pensadores decoloniais, com destaque Joseph Ki-Zerbo (2010), Amadu Hampaté Bâ (1985), Frantz Fanon, (2020) Chiekh Anta Diop, Achille Mbembe (2020), Aimé Césaire (2020) José de Sousa Miguel Lopes (2004), Azagaia (2013), entre outros que nos provocaram, através dos seus escritos e produções, a pensarmos-nos enquanto moçambicanos e africanos, nas culturas, identidades que por muitos anos foram suprimidos subalternizados pelo,

desenvolvimento do mundo colonial e do colonialismo ocidental, cuja meta era suprir toda e qualquer alteridade, em nome de um modelo de vida e pedagógico do tipo eurocêntrico, autocentrado e hegemônico, centrado num modelo cultural único e na necessidade de colocar sob controle o diferente (LOPES, 2004, p.218).

⁵ Secretário e líder comunitário da comunidade de Chinghamapere (Moçambique- Manica)

⁶ Falante de língua tewe. A língua tewe é uma variante da linha banto Shona.

Pensamos sobre as ideias eurocêntricas que foram construídas e impostas no passado e continuarmos alvos das mesmas, como o preço da almejada modernidade, progresso e o tal dito desenvolvimento. E é nesse contexto da modernidade e na tentativa de criação de um estado moderno e unificado que, a língua portuguesa, que é um dos cerne deste artigo, foi adotada e legitimada como a Língua *oficial* com o intuito de erguer uma nação unida do Rovuma ao Maputo e de Zumbo ao Índico⁷. Quais ganhos e implicações viriam por de trás da oficialização da língua portuguesa como símbolo da unidade nacional? Quais espaços ocuparam as línguas locais neste processo? Se por um lado, serviria e serve muito bem de fio condutor que garantiria e garante a comunicação dos moçambicanos independentemente do seu grupo étnico, por outro lado não estariam sendo subalternizadas as línguas nativas?

Escutemos o escritor moçambicano Luís Bernardo Honwana (1994):

Ao definir o português como língua oficial, no lugar de operar uma limitação da sua importância relativa, como claramente era a intenção, acabou-se por conferir a esse idioma uma situação de privilégio. A língua oficial é a língua de poder, a língua em que se formulam grandes decisões que condicionam o presente e o futuro dos cidadãos. Dominar essa língua é ganhar relevância política, é coparticipar de algum modo no exercício de poder. (HONWANA 1994, p.23)

Doravante, Lopes (2004) em diálogo com Simbini (2000) afirma que, “com a independência nacional o erro manteve-se ao não se atribuir às línguas autóctones moçambicanas uma função social específica ficando a língua portuguesa como oficial como garante da unidade nacional” (LOPES, 2004 p.233).

No entanto, a adoção da língua portuguesa como a oficial veio a dar continuidade da política linguística colonial no pós-independência, o que foi descrito pelo Marcelino dos Santos (1989) como “golpe cultural”, pois nesse processo as línguas nativas são subalternizadas, deixadas para o segundo, terceiro ou quarto. Uma construção que deve ser problematizada e desconstruída.

Essa tomada de consciência permite-nos elencar alguns questionamentos: quantos dos nossos, prevalecem com olhar passivo às colonialidades epistêmicas e de poder? Quantos dos nossos continuam acreditando que essa gente é analfabeta por não

⁷ Expressão utilizada para referir-se a extensão territorial de Moçambique (de rovuma ao Maputo= de norte até sul) e (de zumbo ao indico – este até oeste). Entretanto, do Rovuma ao Maputo do Zumbo ao Índico era um projeto anticolonial da ideologia da FRELIMO sobre a unidade nacional como um valor. Onde se buscava denunciar e combater o desprezo e discriminação de alguns grupos etnolinguísticos como o Maconde, o Nhungue, o Changanã, o Sena, o Ajawa e outros grupos; para implantar a noção de um só povo, respeitando as diferenças e singularidades dos mesmos. (VIERA, 1978; MACHEL, 1978; MAGNO, 2006; GEFFRAY, 1991).

falar português? Quantos dos nossos não conseguem dar o devido valor aos seus pais, mães, vizinhos e os demais da comunidade pelo fato de não ter tido acesso a esse comboio que nos leva cada vez mais ao desapego, desprezo das nossas identidades? Quantos dos nossos, conseguem olhar essa gente e valorizá-la, enquanto bibliotecas vivas, das nossas tradições, como nos ensina o Malines Hampaté Bâ (1989). Quantos dos nossos voluntários ou involuntariamente, marginalizam, desvalorizam até sentem vergonha às tradições e culturas locais, por conta das culturas globais capitalistas que vinculam à ideia de homogeneização cultural? Ademais, quantos dos nossos já pararam para pensar até que ponto cada um de nós voluntária ou involuntariamente estamos sendo cúmplices na continuidade daquilo que foi o grande projeto colonial que tinha como meta homogeneizar as culturas moçambicanas, a partir de falsos argumentos civilizatórios, que foram executados de duas formas distintas, pela persuasão por meio de uma bíblia numa mão, e pela força, por meio uma pistola/arma noutra mão, como denuncia o rapper Azagaia (2013).

Pela brecha: em busca de um pensar-agir insurgente e contra hegemônico

Os gritantes questionamentos quantos dos *meus...*, nos convidam a uma interrupção, a uma fragmentação ou ruptura do tempo do relógio para parar pensar e refletir, criticamente partindo do presente numa relação dialógica com o passado, buscando entender o contexto em que se origina a colonização que prevalece nos nossos dias, camuflada de outra roupagem chamada pelos pensadores decolonias de colonialidade.

A proposição do deslocamento do presente ao passado e passado ao presente, constitui uma possibilidade de entender algumas nuances desse passado que não passa, ou seja, essa ferida não curada e que continua sangrando e muitos de nós fazemos de contas que não enxergamos as tantas gotas que goteja sem parar. É extremamente importante que tenhamos uma visão clara sobre como o passado pode nos ajudar, acima de tudo, entender que não devemos recorrê-lo por uma mera aventura, ou para entretermo-nos dele, como nos ensina o estudioso africano senegalês Cheikh Anta Diop (1982), no seu texto *Unidade Cultural da África Negra*, “Os Intelectuais devem estudar o passado não para se comprazer, mas para dele extrair lições, ou, ainda para afastar-se dele com conhecimento de causa, caso seja necessário”. (DIOP, 1982, p.11).

A filósofa Jeanne Marie Gagnebin (2006) entende que devemos lembrar o “passado, sim, mas não lembrar por lembrar, numa espécie de culto do passado. (...) a exigência de não esquecimento não é um apelo à comemoração solene; é muito mais

uma exigência de análise esclarecedora que deveria produzir- e isso é decisivo-instrumentos de análise para melhor esclarecer o presente”. (GAGNEBIN, 2006 p.103).

No entanto, recorreremos ao passado para romper o passado colonial que prevalecem no nosso dia a dia, fazendo-nos homens mascarados em pessoas que não somos, pois existem uma incessante sedução em se apresentar como aquele que se autodefiniu como superior e como o ideal modelo da humanidade a ser seguido. No conjunto do “modelo ideal” está incluso o cerne deste texto, a dominação cultural e linguística.

Importante pontuar que antes da chegada dos europeus, os povos africanos estavam num avançado estágio de organização política, econômica, sociocultural, ideológico, que foram concebidas pelos europeus, como não cultura, não história, não civilização, não economia, enfim, não tudo, e sim, tudo barbárie, caos, selvageria, cujo seus protagonistas eram menos humanos e incivilizados, que necessitavam de ser civilizado por meio da imposição da cultura europeia. Só para citar apenas um exemplo, Hegel dizia “a propósito de tais figuras que eram estátuas sem linguagem nem consciência de si mesmo, anti-humanos, incapazes de se despir de uma vez por todas da figura animal, com a qual se confundiam” (MBEMBE, 2022, p.30).

No entanto, a suposta necessidade de civilização, foi um dos melhores discursos que os impérios europeus encontraram para manipular e enganar os autóctones e posteriormente, implantar o sistema colonial para perpetuar a exploração das riquezas dos solos, da força humana, e exploração e aprisionamento mental e ao mesmo tempo, expandir a cultura europeia que foi possível por meio de discursos eurocêntricos que promovia o desprestígio, menosprezo e demonização das culturas e tradições nativas.

Para o efeito, criaram e atribuíram qualificativos pejorativos e demoníacos as várias práticas socioculturais dos africanos, tais como a espiritualidade e cerimônias rituais dirigidos aos ancestrais (*o que chamaram de religião tradicional*), a farmacoterapia popular (*medicina tradicional*), ritos de passagem das diferentes fases da vida, as formas de comunicação e produções artesanais, as formas de organização social, as línguas nativas, entre várias outras questões, foram atribuídos sentidos pejorativos, exóticos e arcaico ou primitivo, que na ótica do império português em Moçambique deveriam ser abandonadas e substituídas pela cultura portuguesa. Ou seja, os portugueses criaram epistemologias novas e altamente pejorativas sobre as práticas socioculturais dos povos moçambicanos, e obrigando-os a acreditar nas mesmas, criando assim nos povos nativos um sentimento de vergonha, desprezo, desvalorização das suas próprias culturas e identidades.

E para efetivar esse projeto, foi crucial o sistema de ensino colonial, que viria a ser implementado em Moçambique enquanto uma província ultramarina, nos anos de 1840 para atender exclusivamente os interesses de várias ordens do império português.

É nesse viés que se pode pensar o contexto histórico da introdução da língua portuguesa em Moçambique, por meio da educação colonial que teve o seu marco inicial no ano de 1845, cujo, “a política educativa rudimentar colonial procurava inculcar nas sociedades africanas “a dinâmica do mundo do homem branco”, que era diametralmente oposta à cultura tradicional indígena, alicerçada numa cultura autóctone” (SOUSA, 2008 p.151).

Para proceder oficialmente e legalmente a inclusão dos povos moçambicanos na cultura europeia por meio da educação, “foi promulgada a primeira regulamentação do ensino nas colônias, período da Monarquia em Portugal, a 2 de abril de 1845. A 14 de Agosto do mesmo ano, foi estabelecido um decreto que diferenciava o ensino nas colônias e na Metrópole e criava as escolas públicas nas colônias”. No mesmo ano, “o ministro da marinha e províncias ultramarinas José Falcão emitiu o decreto em relação a educação dos nativos, nele constava que a educação seria ministrada na língua materna (portuguesa)” (LOPEZ, 2004, p.228). Os europeus usaram neste contexto a língua portuguesa como um instrumento de dominação para civilizar como fazia-nos acreditar.

Sousa (2008) ajuda-nos a entender a intenção dos portugueses, ao impor aos povos autóctones a estudar com base na língua portuguesa para a concretização da falsa ideia de civilizar aqueles “desprovidos de cultura”.

O ensino para os autóctones não-brancos dos territórios ultramarinos, tinha como principais objetivos civilizar e unificar culturalmente. “Civilizar” na prática significava proporcionar a aprendizagem da língua portuguesa e dos rudimentos da religião católica, a aquisição de competências para os trabalhos rurais e manuais. Na realidade, não se pretendia criar entre os povos africanos elites letradas, mas sim torná-los “instrumentos” ao serviço de Portugal. Nesta perspectiva era necessário “unificar” culturalmente os povos, fazê-los sentirem-se portugueses, pelo que se afigurava importante promover o abandono de práticas tribais e a progressiva, lenta e limitada aproximação aos valores da civilização europeia. “Ler, escrever e contar” era o que a escola podia dar aos “indígenas”. (SOUSA, 2008, p.50).

Para pensar sobre o mesmo assunto, Lopes (2004) dá-nos a entender que a introdução da língua portuguesa no sistema de ensino passava de uma estratégia de dominação, de apagamento de identidade e para controlar a consciência dos africanos e dos moçambicanos de forma específica. Nesta senda, chama a atenção a necessidade de recuperação e reconquista das identidades perdidas durante este processo para que os moçambicanos voltem a sentirem-se fortalecidos com seus laços indenitários.

O colonialismo português, ao determinar a proibição das línguas autóctones como instrumento de comunicação social, não o fez por querer “civilizar” os povos africanos. Fê-lo para reprimir, evitar e retardar o aparecimento e o crescimento nacional. A impossibilidade de obter a instrução materna, a degradação cultural e o esquecimento das tradições são sequelas do colonialismo mental. O povo moçambicano não se sentirá completamente reabilitado enquanto não recuperar a sua identidade de um povo identificável com suas origens linguísticas e culturais próprias. (LOPES, 2004, p.31).

Importante lembrar que após a independência, até os anos 2000, foram também proibidas as línguas locais no Sistema Nacional de Ensino (SNE). No ambiente escolar os professores deveriam a todo custo, mobilizar as crianças a falarem com frequência a língua portuguesa, abandonando dessa forma as suas línguas autóctones.

Esta situação para muitas crianças principalmente das zonas rurais, sentiam-se absolutamente excluídas, discriminadas, silenciadas, pois na sua primeira infância (0-7), a educação inicial no seio da família e comunidade é procedida com base nas línguas autóctones.

Frequentar e concluir o nível primário tem sido para muitas crianças um desafio. Por esta razão, até nos dias atuais, é infelizmente notável com frequência, que algumas crianças das comunidades rurais vão a escolas a meio das pancadas, muitas vezes vão à escola derramando lágrimas nos olhos, e os pais encarregados, muitas das vezes, não procuram entender a razão da recusa das crianças à escola, pois parte deles não entendem a situação em que os seus filhos e filhas são submetidos quando lhes são de noite para dia obrigados a falar uma língua estrangeira.

Escrevendo esse texto, nos vêm à mente algumas questões: quantas crianças das comunidades rurais, por questões linguísticas não se sentiram acolhidas pelas escolas e optaram pela desistência? Quantas crianças saíam de casa alegando que iam à escola e pararam em outros lugares até o horário de saída da escola? Quantas crianças preferem ir ajudar os seus pais nos campos de produção em detrimento à escola? Quantas crianças foram muitas vezes reprovadas em diferentes matérias? Tudo isso, por conta desta política linguística que dá de certa forma a continuidade do projeto colonial de dominação, que infelizmente após 47 anos de “independência”, ainda continua sendo um problema que necessita de um parar para pensar e refletir por meio de outras linguagens. Pois, essas questões suscitam outros questionamentos, talvez porque nunca paramos para pensá-las com devida atenção e tentar respondê-las, com ações práticas, talvez porque não nos interessam, ou, porque esteja tudo bem e nada nos apoquentam.

Retomando Diop (1982), em função desta realidade que se vive em alguns países africanos, com destaque em Moçambique, vale a penas visitar esse passado que é ao mesmo tempo presente? Esse passado ainda está aberto aguardando pelas nossas

ações? Que conselho ou lição pode-se tirar deste passado que grita no presente? Será que queremos uma mudança desta situação latente? Teríamos condições para colocar em prática ações para a mudança? Se tivéssemos que fazer alguma coisa, como é que faríamos?

Essas questões, não são respondidas neste texto. Em diálogo com Frantz Fanon (2019), um dos importantes pensadores do século XX, sobre as reflexões em torno do racismo e cultura, refletimos como é que chegamos nesta situação tão gritante, trazendo elementos relacionados com a hierarquização cultural baseada na raça. O autor ajuda a pensar sobre alguns caminhos para seguir como possibilidade de amenizar esta situação. Importante lembrar que não pretendemos apresentar respostas nem soluções, apenas queremos juntos com o autor pensar algumas possibilidades que poderiam talvez dar-nos um pontapé de saída.

No seu texto intitulado *Racismo e Cultura*, Fanon (2019), apresenta-nos a ideia de que os europeus no processo de dominação colonial, pautaram por um sentimento egocêntrico e sociocentrista, isto é, a princípio julgaram que eram os únicos que detêm uma cultura, depois reconhecem a existência de outras, mas que a sua era superior de todas outras.

O valor normativo de certas culturas, decretado unilateralmente merece cuidado. Um dos paradoxos que imediatamente é o efeito de ricochete de definições egocêntricas e sociocentristas. Em primeiro lugar, afirma-se a existência de grupos humanos sem cultura, depois a existência de culturas hierarquizadas, e enfim a relatividade cultural. Temos aqui toda uma amplitude que parte da negação global para o reconhecimento singular e específico. (FANON, 2019, p.64).

Esta constitui uma das principais estratégias usadas pelos europeus para a negação da existência do outro como um ser portador de cultura. Os moçambicanos passaram por esse processo, ligado a falsa ideia “civilizatória”. Com base nesses argumentos científicos, foram hierarquizadas as raças e culturas, passando a existir raça inferior e superior. Os europeus oprimiram de diversas formas os povos autóctones de modo que se sentissem culpados e abandonados pelos deuses, e sem poder de escolha, tiveram que se curvar e se sujeitar à suposta raça superior, apesar das resistências.

Vimos numa primeira fase o ocupante legitimar a sua dominação com argumentos científicos, vimos a “raça inferior” sendo negada sobre esta base racial. Porque nenhuma outra solução lhe é permitida, o grupo social racializado tenta imitar o opressor e, com isso desracializar-se. A raça inferior nega-se como raça diferente. Partilha com a raça superior as convenções, as doutrinas, e todas as outras relativas que lhe digam respeito. (FANON, 2019, p.72).

Tendo o autóctone assistido à liquidação dos seus sistemas de referências, ao desabar aos seus padrões culturais, já não lhe resta se não reconhecer com o ocupante

que “Deus não está ao seu lado”. O opressor pelo caráter global e terrível da sua autoridade chega a impor aos autóctones novas maneiras de ver e, de uma forma singular, um juízo pejorativo acerca das suas formas originais de existência. (Idem)

A república de Moçambique e o continente africano, de modo geral, constitui um mosaico cultural. Em termos da diversidade linguística, Moçambique apesar de controversas em alguns estudos realizados em termos de número de línguas locais, estima-se acima de 40 línguas locais e vários dialetos falados com cerca de 80% da população (NHAMPOCA, 2015, p.82).

Quantos dos meus, hoje olham de forma pejorativa as suas próprias línguas porque foram ensinados a desprezá-las? Quanto dos meus por muito tempo viram-se proibidos de usá-las, porque foram ensinados que a língua portuguesa é sinônimo de poder e saber falar, ler, escrever, é quase a única porta para adentrar no mundo dos “civilizados”, que a língua portuguesa, seria quase uma garantia de acesso ao emprego e integração social a nível do país. Quantos dos meus, hoje olham de forma pejorativa e banalizam a “medicina tradicional”, quantos dos meus têm vergonha de entrar na palhota do curandeiro, porque foram ensinados que a única medicina seria a moderna ou melhor científica? Quantos dos meus, olham de forma pejorativa a “religião tradicional” porque foram ensinados que a única religião seria a cristã ou islâmica ou várias outras de origem estrangeira?

Essa visão pejorativa que muitos dos meus têm sobre as suas próprias identidades, resulta do passado colonial que ainda é presente nas mentes.

Em diálogo com Fanon (2019) ajuda-nos a entender esta situação, afirmando que:

Os grupos inferiorizados tinham admitido com uma força de raciocínio implacável que sua infelicidade provinha da sua característica racial e cultural. Culpabilidade e inferioridade são as consequências habituais desta dialética. Oprimido tenta então escapar-lhes, por um lado, proclamando a sua adesão total e incondicional aos novos modelos culturais e, por outro lado, proferindo uma condenação irreversível do seu estilo cultural próprio. (FANON 2019, p. 75)

Tendo julgado, condenado, abandonado as suas formas culturais e sua linguagem, a sua alimentação, os seus comportamentos sexuais, a sua maneira de sentar-se, de repousar, de rir, de divertir-se; o oprimido com energia e o desespero do naufrago, arremessar-se sobre a cultura imposta. Por muito tempo, os africanos viveram nessa condição de dominação que foi caracterizada por um “conformismo” imposto pela hierarquização racial e cultural, sendo sujeitos de exploração. Este processo foi tão marcante que hoje vemos facilmente as marcas em Moçambique e nas sociedades moçambicanas dessa dominação e prevalência da colonialidade.

O que nos propõe Fanon (2019) é entender a futilidade da alienação cultural, pela qual, nos encontramos mergulhados como resultado do processo colonial e prevalecente. No entanto, é urgente tomar iniciativas atitudes que outrora foram tomadas pelos protagonistas dos movimentos nacionalistas que lutaram de diversas formas para se livrar da opressão colonial. Precisamos unir as forças para lutarmos pela via da decolonialidade, pondo em xeque os vários projetos que dão ênfase aos paradigmas eurocêntricos.

Necessitamos por meio de ações concretas e contra-hegemônicas promover efetivamente as nossas identidades culturais, valorizar as diversidades culturais, promover diálogos para pensar e refletir sobre os epistemecídios e as epistemologias que nos foram impostas pelo império português, criar espaços de debates políticos (não no sentido partidário), mas que nos provocam a pensar sobre o risco de apagamento e desaparecimento das nossas identidades, por conta das ideias eurocêntricas, estereotipadas que tende a homogeneizar o mundo em uma aldeia, nos encarcerando na gaiola do sempre-igual (BENJAMIN, 2007).

Fanon (2016) realça a importância da tomada de consciência da prevalência da colonialidade epistêmica e de poder, pois é por meio dela que se pode empreender ações práticas contra hegemônica que possam nos livrar das amarras da colonialidade prevalecente.

Descobrimo a futilidade da sua alienação, a profundidade do seu despojamento, o “inferiorizado” depois desta fase de desculturação, de estranhamento, volta a encontrar as suas posições originais. O “inferiorizado” retorna apaixonadamente essa cultura abandonada, rejeitada, desprezada. Há nitidamente uma sobrevalorização aos desejos *de se fazer perdoar*. (FANON, 2016, p.76)

O “inferiorizado” reencontra um estilo outrora desvalorizado, o que ele faz, de fato é *cultivar a cultura*. Semelhante caricatura de existência cultural significaria, se fosse necessário, mostrá-los que a cultura se vive, mas não se fragmenta. Não se pode ser tomada aos bocados. Destaco ainda outras ações que demonstram a retomada e revalorização da cultura outrora negadas:

Os intelectuais consultam o bruxo antes de tomar uma decisão, os intelectuais colaboradores procuram a sua nova atitude. Os costumes, tradições, crenças outrora negados e silenciados são violentamente valorizados e afirmados; a tradição já não é ironizada pelo grupo, o grupo já não foge a si mesmo. Reencontra-se o sentido do passado e o culto dos antepassados. [...] O fim lógico desta vontade de lutar é a libertação total do território nacional. Para realizar esta libertação, o inferiorizado põe em jogo todos os seus recursos, as suas aquisições, as antigas e as novas, as suas e as do ocupante”. (FANON, 2016, p.78)

O que hoje precisamos fazer pelas nossas culturas que estão sendo postas em xeque, é ampliar espaços de ações dialógicas e práticas que suscitam o despertar da consciência da necessidade de resistência à sujeição cultural, e que não seja apenas uma causa de gente das nossas bibliotecas vivas, precisamos chamar atenção aos demais moçambicanos à necessidade de resistências, autoafirmação, desconstrução das ideias preconceituosas, estereotipada e equivocada, de que somos “*inferiores*” pelo fato de sermos da “*raça negra*”, que agimos apenas pela *emoção* e não pela *razão*, de as nossas culturas e identidades estão fora de moda. Precisamos acima de tudo desconstruir a equivocada ideia de que quanto mais nos aproximamos as culturas europeias mais civilizados ficamos.

Fanon (2016) nos ensina, perdoarmo-nos dessas e várias outras “culpas” que nos foram impostas inocentemente, e entender que hoje nos sentimos inferior porque construíram a ideia da hierarquização dos indivíduos baseada na tonalidade da cor da pele “*raça*”⁸, e que somos apenas diferentes e devemos viver a diferença, porque ela é a coisa mais bela da natureza.

É urgente usar as sementes que temos para cultivar e reconquistar as culturas e identidades africanas e garantir a sua prosperidade. Isso seria possível? Sim. Para o efeito é indispensável, o comprometimento, o engajamento, força e vontade de querer mudar de fato e sem medo. Nessa luta pela reconquista, não precisamos apenas do público ou adeptos e sim de jogadores em campo, que correm incansavelmente não atrás da bola, mas sim, que de tudo fazem para se livrar da prevaiente colonização e aprisionamento mental, que buscam incessantemente reconquistar as suas identidades, culturas, hábitos e costumes originais, jogadores capazes de questionar as imposições culturais identitárias atreladas a modernidade capitalista europeia que servem como um rolo compressor das culturas não europeias.

Para o efeito é ainda fundamental que coletivamente busquemos primeiro identificar e ir ao encontro das nossas posições originais (pensarmo-nos despidos das culturas globais eurocêntricas, e revestidos com nossas próprias culturas, identidade e crenças) e investir na coragem e força na luta pela resistência, usando as nossas culturas e os recursos da tecnologia de informação, canais de TV, as redes sociais, e várias outras plataformas tecnológicas a nosso favor e fazer delas veículos para expressar e mostrar sem hesitação e sem medo, que basta, e que não compactuamos mais com as suas ideologias que ofuscam, subalternizam, diminuem, excluem, demonizam, desvalorizam e

⁸ A *raça* não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. A *raça* não passa de uma fixação útil, uma construção fantasmática ou uma projeção ideológica, cuja função é desviar a atenção de conflitos considerados, sob outro ponto de vista como genuínos- a luta de classes ou a luta de sexo (MBEMBE, 2022, p.28).

destroem tudo o que não é da origem europeia, que nos induzem a gaiola de sempre-igual, para nos transformar em estrangeiro das nossas próprias terras.

Ademais, precisamos coletivamente pensar, agir e empreender ações contra-hegemônicas que enfrentam as ideologias de dominação europeias. É chegada a hora de fazê-los entender que após séculos, não cabe mais em nossos vocabulários, em nosso tecido social, em nossas vidas cotidianas e comunidades “o mito da supremacia e superioridade racial branca”, pois desde o começo, entendemos que inventaram a ideia sofisticada e convincente sobre a questão “raça” apenas para fundamentar o poder em relação aos outros grupos humanos que não são do hemisfério ocidental.

Também entendemos que consideraram todos os povos autóctones de inferiores, incapazes, menos humanos, irracionais, incivilizados para melhor dominarem, explorarem e pilharem as nossas riquezas para saciar o vosso faminto sistema capitalista, pilharam as riquezas africanas e ainda nos chamaram de incivilizados e selvagens.

Portanto, precisamos nos posicionar firmemente e por meio de ações práticas desmascará-los e reconquistar a nossa autoestima, orgulho pelo que nós somos, pelas nossas identidades, hábitos e costumes, e se recusar firmemente a voltar a cair nessa velha história que cheira demais o colonialismo e a barbárie.

Importante realçar que desde muito, os moçambicanos deram conta dessas más intenções, pois essas lutas de resistências pela existência vêm sendo desencadeadas desde os anos de opressão colonial e prevalecem até atualmente, devendo por nós ser ampliadas e intensificadas e ajustadas aos tempos presentes em função da atual configuração de colonização.

É nesse contexto que os moçambicanos vêm lutando, enfrentando a colonialidade cultural contemporânea de diferentes formas. Por meio de produções literárias, o moçambicano Mia Couto (2005) em seus textos tem mostrado a sua indignação pelo alto nível de pacificidade e falta de senso crítico sobre modernidade capitalista e a aculturação exacerbada dos jovens moçambicanos, chamando-nos atenção, deste modo, a necessidade urgente de mudanças de atitudes. E instiga-nos a questionar a modernidade capitalista, o avanço exacerbado da tecnologia que vem comprimindo cada vez mais as nossas culturas e identidades. Lê-se no seu texto intitulado “À porta da modernidade, há sete sapatos sujos que necessitamos descalçar”.

A minha mensagem é simples: mais do que uma geração tecnicamente capaz, nós necessitamos de uma geração capaz de questionar a técnica. Uma juventude capaz de repensar o país e o mundo. Mais do que gente preparada para dar respostas, necessitamos de capacidade para fazer perguntas. Moçambique não precisa apenas de caminhar. Precisa de descobrir o seu próprio caminho num tempo enevoado e num mundo sem rumo. A bússola dos outros não serve, o mapa dos outros não ajuda. Necessitamos de inventar os

nossos próprios pontos cardeais. Interessa-nos um passado que não esteja carregado de preconceitos, interessa-nos um futuro que não nos venha desenhado como uma receita financeira⁹. (COUTO, 2005)

O autor levanta vários pontos, trazendo à tona a necessidade urgente de mudanças de atitudes, também provoca-nos repensar como nos relacionamos com as nossas identidades que nos mostram cegamente seduzidos pela moda, filha da modernidade, que tem sua força motriz no capitalismo, que nos torna cada vez mais individualista, comprimindo o senso de coletividade que é uma das principais marcas dos moçambicanos.

A moda, que consciente ou inconscientemente tende a nos persuadir ou mesmo obrigar a colocar as nossas referências culturais em segundo ou terceiro plano, reservando o primeiro para as referências culturais globais, aquelas concebidas pelos outros em função da sua realidade social que é extremamente divergente das nossas realidades. A moda que nos ensina ou nos impõe a desprezar e envergonhar-se das nossas essências culturais e identitárias, que nos convida a cada dia a aprender a deixarmos de ser autênticos e nós mesmos para sermos o que nunca seremos.

Algumas considerações

A colonização europeia foi violenta e mexeu com todo o sistema de organização sociocultural dos africanos, separou e uniu diversos grupos, tendo promovido mudanças radicais de valores culturais e identidades. Para justificar a colonização foram construídas ideias estereotipadas, baseadas nos discursos civilizatórios, e de superioridade da raça branca europeia em todas as dimensões, nesse interim, os saberes, fazeres, identidades e referências culturais dos africanos foram simplesmente banalizados, marginalizados e reduzidos à inutilidade, devendo ser substituídos por referências culturais europeias.

Neste sentido, os africanos foram obrigados a ser africanos da Europa e os moçambicanos no caso específico foram obrigados a ser moçambicanos de Portugal ou portugueses de Moçambique. Esta é uma das heranças culturais do colonialismo. Vivemos hoje momentos bastante conturbados e contraditórios, queremos intensamente ser o que não somos, e o que nunca seremos.

Temos hoje, infelizmente, dificuldade de nos imaginar culturalmente sem remetemo-nos à cultura universal eurocêntrica, que revela a prevalência da colonialidade, devendo ser rompido por ações práticas de insurgência contra a hegemonia cultural europeia, o que nos instiga a dar continuidade dos enfrentamentos e

⁹ Mia Couto “À porta da modernidade, há sete sapatos sujos que necessitamos descalçar”. (2005)

resistências a neocolonização iniciado por vários estudiosos africanos (como é o caso de Diop (1982), Fanon (2020), (2019,2020) Cesáire (2019, 2020), Khruman (1967) entre outros) de desmistificar os preconceitos, os memoricídios, e os epistemicídios e reconquistar e valorizar e orgulhar-se das nossas identidades socioculturais originárias.

Neste sentido, pensar em novas epistemologias, que nos ajudem a refletir sobre nós, a partir de nós próprios, seria um dos caminhos. No entanto, é necessário tomarmos posicionamentos críticos e questionar a modernidade capitalista, a favor das nossas culturas, sendo deste modo, oportuno nos questionar sobre o perigo da cultura única eurocentrada para uma sociedade multicultural como a moçambicana, alias a nigeriana Chimamanda já chamara atenção sobre isso, no seu livro “O perigo de Única História”. Portanto, é pontual e necessária a tomada de consciência das colonialidades prevaletentes que se mascaram no sistema capitalista moderno que adentram nas nossas vidas e atua em diferentes frentes, atravessando o tecido social das sociedades moçambicanas.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG/Imprensa Nacional do estado de São Paulo, 2007.

_____. **“O narrador”**, in Obras Escolhidas, V. I, Magia e técnica, arte e política, trad. S.P. ROUANET. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o Giro Decolonial**. Ver. N11, Brasília 2013, p.89-117.

DIOP Cheikh Anta, **A Unidade Cultural da África Negra. Esfera do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica**, 2ª Ed. Portugal. 1982.

FANON Frantz. **Pele Negra Máscara Branca**. Editora Ubu, São Paulo. 2020.

FANON Frantz. **Racismo e Cultura**. Organização Jones Manoel e Gabriel Land Revolução Africana, uma Antologia do pensamento Marxista. 3ª Ed. Autonomia Literatura, São Paulo Brasil. 2019, p.64-104.

FERRARO, A. R. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FOURSHEY Catharine Cymone, GONZALES Rhonda M & SAIDI Christine, **África Bantu de 3500 a.C até o presente**. Vozes Editora. São Paulo, Brasil 2019.

GAGNEBIN Jeanne Marie, **Lembrar, Escrever, Esquecer**. Editora 34, São Paulo, Brasil, 2006.

GEFFRAY, Christian. **A causa das Armas. Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique.** Porto. 1991

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. **A tradição viva.** In: História Geral da África, I: metodologia e pré-história da África. Editado por Joseph Ki-Zerbo. São Paulo: Ática; UNESCO, 1982. p. 181-218.

HONWANA, Luís Bernardo. **Encorajar uso social das línguas moçambicanas.** Maputo. 1994.

KI-ZERBO Joseph, História da África, I: **Metodologia e Pré-história da África.** 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2010.

KUHNEN Tânia Aparecida Resenha de Fricker Miranda. **Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing.** Rio Grande de Sul. 2007.

LOPES, José de Sousa Miguel. **Cultura Acústica e Letramento em Moçambique: em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural.** São Paulo: EDUC, 2004.

MACHEL Samora. **Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria. Coleção. Palavras de ordem.** Maputo, 1978.

MAGNO, Lorenzo. **Outros Muçulmanos. Islão e narrativas coloniais.** ICS Portugal 2006.

MBEMBE Achille, **A Crítica da Razão Negra.** (2ª ed.) Edições no 1. 2ª edição. Brasil.2022.

MBEMBE Achille, **Sair da Grande Noite. Ensaio sobre a África descolonizada.** Vozes Editora, São Paulo. Brasil 2019.

N'KRIMAH Kwame. **Neocolonialismo Último Estágio do Imperialismo.** Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967.

NHAMPOCA, Ezra Alberto Chambal, **Ensino Bilingue em Moçambique e Percursos,** Florianópolis, Brasil, 2015.

SOUSA Maria Lagarto. **A escola e a ideologia colonial Contribuição para a formação das nacionalidades africanas de expressão portuguesa.** Coimbra 2008. Coordenação Luís Reis Torgal Fernando Tavares Pimenta Julião Soares Sousa.

VIERA, Sérgio. **O homem novo e um processo,** in tempo, Maputo 1978.

Sobre os autores:

Inácio Márcio de Jesus Fernando

Mestre em História Pública pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR. E-mail: fernandojaquete@gmail.com

Cyntia Simioni França

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; docente do programa de Mestrado em História Pública da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR; docente do curso de licenciatura em História do PROFHISTÓRIA UNESPAR. E-mail: cyntiasimioni@yahoo.com.br

Abdala Mussa Inaque

Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará – UFPA; docente visitante da Escola Superior de Economia e Gestão na Universidade Pedagógica de Moçambique – Pemba. E-mail: abdalainaque@gmail.com